

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (“USIMINAS”, “Usiminas”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (“Empresas Usiminas”) têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como a extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões (não auditado) de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como <i>trading company</i> , intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., que é de 11,13%, por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2019.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2018.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros**3.6.1 Classificação**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais.

(c) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.13 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28 no segmento de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

(i) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 7 - Instrumentos financeiros por categoria.

(ii) IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 3.18 descreve os diferentes tipos de receita das Empresas Usiminas e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

No caso da venda de produtos (Nota 3.18(a)), as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços (Nota 3.18(b)), as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

As receitas de encomendas em curso da controlada Usiminas Mecânica (Nota 3.18(c)), continuarão sendo reconhecidas segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), uma vez que os ativos fabricados pela Companhia são específicos para o cliente e não têm uso alternativo no mercado. Os contratos firmados com clientes possuem cláusula que garante o direito da Usiminas Mecânica ao recebimento pelos trabalhos efetivamente concluídos até a data em que ocorreu o distrato ou a descontinuidade das atividades.

3.21 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

(i) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11.000 em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b)).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avalia as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, para minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	817.012	766.270	3.455.143	1.907.327
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	775.145	522.780	3.030.861	3.357.987
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	475.251	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	822.557	770.812	3.461.515	1.907.331
Debêntures	151.671	141.963	632.094	345.160
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	781.840	528.325	3.041.749	3.358.018
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
<i>Eurobonds</i>	609.881	-	-	-
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	475.251	-	-	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	49.059	939	170.717	1.478.473
Títulos e valores mobiliários	-	775.665	9.036	8.428
Contas a receber	233.168	182.137	342.424	297.966
Adiantamentos a fornecedores	3.720	4.042	4.407	5.404
	<u>285.947</u>	<u>962.783</u>	<u>526.584</u>	<u>1.790.271</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(1.272.702)	(1.157.250)	(1.272.702)	(1.747.954)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(338.289)	(201.202)	(361.804)	(219.628)
Adiantamento de clientes	(13.740)	(12.385)	(17.480)	(13.699)
Demais contas a pagar	(23.760)	(18.163)	(23.756)	(18.159)
	<u>(1.648.491)</u>	<u>(1.389.000)</u>	<u>(1.675.742)</u>	<u>(1.999.440)</u>
Exposição cambial	<u>(1.362.544)</u>	<u>(426.217)</u>	<u>(1.149.158)</u>	<u>(209.169)</u>

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Real	4.562.381	4.868.013	4.577.088	4.887.825
Dólar norte-americano	1.272.702	1.157.250	1.272.702	1.747.954
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>5.835.083</u>	<u>6.025.263</u>	<u>5.849.790</u>	<u>6.635.779</u>

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2018. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2018			
	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	3,8748	4,0685	4,8435	5,8122
EUR	4,4390	4,6610	5,5488	6,6585
JPY	0,0353	0,0370	0,0441	0,0529

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	Consolidado		
	31/12/2018		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(57.523)	(287.617)	(575.234)
EUR	76	378	756
JPY	(10)	(51)	(101)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	20.420	1	25.735	1	35.127	1	636.251	9
TJLP	336.902	6	359.896	6	336.902	6	359.896	5
Libor	1.133.228	19	1.032.430	17	1.133.228	19	1.032.430	16
CDI	3.324.139	57	3.549.410	58	3.324.139	57	3.549.410	54
Outras	130.374	2	108.427	2	130.374	2	108.427	2
	<u>4.945.063</u>	<u>85</u>	<u>5.075.898</u>	<u>84</u>	<u>4.959.770</u>	<u>85</u>	<u>5.686.414</u>	<u>86</u>
Debêntures								
CDI	<u>890.020</u>	<u>15</u>	<u>949.365</u>	<u>16</u>	<u>890.020</u>	<u>15</u>	<u>949.365</u>	<u>14</u>
	<u>5.835.083</u>	<u>100</u>	<u>6.025.263</u>	<u>100</u>	<u>5.849.790</u>	<u>100</u>	<u>6.635.779</u>	<u>100</u>

A Companhia possui operação de instrumento financeiro derivativo para o gerenciamento de risco referente à oscilação da taxa de empréstimos e financiamentos.

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2018. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Indexador	Taxas ao final do exercício	31/12/2018		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,4%	6,7%	8,0%	9,6%
TJLP	7,0%	7,3%	8,7%	10,5%
LIBOR	3,0%	3,2%	3,8%	4,5%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	Consolidado		
	31/12/2018		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(8.810)	(44.050)	(88.100)
TJLP	(1.176)	(5.879)	(11.758)
LIBOR	(1.703)	(8.515)	(17.029)

As taxas de juros específicas as quais a Companhia está exposta, são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, estão apresentadas na Nota 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, e são principalmente compostas por Libor, TJLP e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A operação de instrumento financeiro derivativo de taxa de juros, contratada com o objetivo de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros no resultado da Companhia, foi incluída na análise de sensibilidade de ativos e passivos. Esta operação está demonstrada na Nota 6.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures, além dos tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraindo o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	5.839.261	6.032.889	5.853.970	6.656.273
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(765.638)</u>	<u>(778.799)</u>	<u>(1.693.349)</u>	<u>(2.314.288)</u>
Dívida líquida	<u>5.073.623</u>	<u>5.254.090</u>	<u>4.160.621</u>	<u>4.341.985</u>
Total do patrimônio líquido	14.266.298	13.774.795	15.697.391	15.183.964
Total do capital	<u>19.339.921</u>	<u>19.028.885</u>	<u>19.858.012</u>	<u>19.525.949</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>26%</u>	<u>28%</u>	<u>21%</u>	<u>22%</u>

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, *Broadcast* e *Bloomberg*. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros passivos. A tabela a seguir apresenta os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	<u>3.900</u>	<u>1.196</u>
Total do ativo	<u>3.900</u>	<u>1.208</u>

(ii) Consolidado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	586.559	543.715
Instrumentos financeiros derivativos	<u>3.900</u>	<u>1.196</u>
Total do ativo	<u>590.459</u>	<u>544.911</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *Eurobonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), *Broadcast* e *Bloomberg* e pode ser assim sumariada:

	31/12/2018		Controladora 31/12/2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.272.702	1.272.702	1.157.250	1.157.250
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.672.361	3.672.361	3.918.648	3.918.648
Debêntures – moeda nacional	890.020	896.477	949.365	957.172
	<u>5.835.083</u>	<u>5.841.540</u>	<u>6.025.263</u>	<u>6.033.070</u>
	31/12/2018		Consolidado 31/12/2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.272.702	1.272.702	1.157.250	1.157.250
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.687.068	3.687.068	3.938.460	3.938.460
Debêntures – moeda nacional	890.020	896.477	949.365	957.172
<i>Eurobonds</i>	-	-	590.704	612.479
	<u>5.849.790</u>	<u>5.856.247</u>	<u>6.635.779</u>	<u>6.665.361</u>

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das debêntures não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operação de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros. Essa operação visa reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operação de instrumentos financeiros derivativos, a qual está apresentada a seguir:

(a) Controladora e Consolidado

Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nominal)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	3.900	1.196	2.719
----------	---------------	-------------------	---------------	------------	------------	------------	------------	-------	-------	-------

Resultado financeiro no período 2.719

Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva) 3.900 1.196

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017		
Ativo circulante	347	12		
Ativo não circulante	3.553	1.184		
	3.900	1.196		
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
No resultado financeiro	2.719	6.410	2.719	(129)

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	31/12/2018			31/12/2017			
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	765.638	-	765.638	2.046	1.076	-	3.122
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	12	775.665	775.677
Contas a receber de clientes	1.686.815	-	1.686.815	1.211.481	-	-	1.211.481
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	3.900	3.900	-	1.196	-	1.196
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	1.049.440	-	1.049.440	431.547	-	-	431.547
	<u>3.501.893</u>	<u>3.900</u>	<u>3.505.793</u>	<u>1.645.074</u>	<u>2.284</u>	<u>775.665</u>	<u>2.423.023</u>

	31/12/2018	31/12/2017
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.835.083	6.025.263
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.038.083	875.399
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	<u>965.927</u>	<u>475.251</u>
	<u>7.839.093</u>	<u>7.375.913</u>

(b) Consolidado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.106.790	-	1.106.790	1.494.318	276.255	1.770.573
Títulos e valores mobiliários	-	586.559	586.559	-	543.715	543.715
Contas a receber de clientes	1.958.349	-	1.958.349	1.686.952	-	1.686.952
Instrumentos financeiros - <i>swap</i>	-	3.900	3.900	-	1.196	1.196
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	<u>1.118.387</u>	<u>-</u>	<u>1.118.387</u>	<u>461.681</u>	<u>-</u>	<u>461.681</u>
	<u>4.183.526</u>	<u>590.459</u>	<u>4.773.985</u>	<u>3.642.951</u>	<u>821.166</u>	<u>4.464.117</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos e debêntures	5.849.790	6.635.779
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	976.917
Títulos a pagar – <i>Forfaiting</i>	965.927	475.251
	<u>7.949.480</u>	<u>8.087.947</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, bem como os passivos estão classificados como “Custo amortizado”. Em 31 de dezembro de 2017, estão classificados como “Empréstimos e recebíveis” e “Outros passivos financeiros”, respectivamente.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	19.706	1.107	52.551	15.845
Bancos conta movimento exterior	49.059	939	170.717	91.854
Certificados de depósitos bancários (CDBs) e aplicações em compromissadas	696.873	1.076	883.522	276.255
Aplicações financeiras no exterior (<i>Time Deposit</i>)	-	-	-	1.386.619
	<u>765.638</u>	<u>3.122</u>	<u>1.106.790</u>	<u>1.770.573</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 99,88% (31 de dezembro de 2017 – 100,07%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,39% (31 de dezembro de 2017 – 100,41%) do CDI no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$1.386.619, apresentado no Consolidado, refere-se a aplicação da controlada no exterior Usiminas Commercial em *Time Deposit*, que foi antecipado pela Companhia para pagamento integral dos *Eurobonds*, em 18 de janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários (CDB's)	-	577.523	534.768
Aplicações financeiras no exterior	-	9.036	8.428
<i>Eurobonds</i>	775.665	-	-
Outras aplicações	12	-	519
	<u>775.677</u>	<u>586.559</u>	<u>543.715</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem rendimentos cuja variação média é de 100,39% (31 de dezembro de 2017 – 100,41%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$775.665 na Controladora refere-se a parcela dos *Eurobonds* de titularidade da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, esses recursos foram integralmente utilizados no fluxo operacional da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui saldos de aplicações financeiras classificados como títulos e valores mobiliários.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes:				
No país	1.187.944	954.817	1.747.854	1.485.132
No exterior	203.923	181.277	313.179	299.862
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(141.908)	(108.544)	(185.964)	(145.526)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.249.959	1.027.550	1.875.069	1.639.468
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	403.075	180.402	49.499	46.711
No exterior	33.781	3.529	33.781	773
Contas a receber de partes relacionadas	436.856	183.931	83.280	47.484
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>
Ativo circulante	1.669.763	1.127.029	1.894.291	1.555.494
Ativo não circulante	17.052	84.452	64.058	131.458

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$4.536 (R\$2.669 – 31 de dezembro de 2017) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valores a vencer	1.325.683	1.042.201	1.753.909	1.481.810
Vencidos:				
Até 30 dias	332.515	103.377	173.611	85.026
Entre 31 e 60 dias	11.896	1.460	5.527	1.428
Entre 61 e 90 dias	-	4	2.769	1.361
Entre 91 e 180 dias	293	1.896	5.368	3.904
Acima de 181 dias	158.336	171.087	203.129	258.949
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(141.908)	(108.544)	(185.964)	(145.526)
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$361.132 na Controladora e R\$204.440 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2017 – R\$169.280 e R\$205.142 respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Real	1.453.647	1.029.344	1.615.925	1.388.986
Dólar	228.741	175.804	337.997	291.633
Euro	4.427	6.333	4.427	6.333
	<u>1.686.815</u>	<u>1.211.481</u>	<u>1.958.349</u>	<u>1.686.952</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
(Adições) Reversões ao resultado	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Baixas Contra Cliente	1.776	7.278	2.139	7.278
Variação cambial	(659)	(39)	(659)	(39)
Saldo final	<u>(141.908)</u>	<u>(108.544)</u>	<u>(185.964)</u>	<u>(145.526)</u>

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Produtos acabados	775.025	562.902	929.661	667.178
Produtos em elaboração	745.192	749.839	764.214	756.195
Matérias-primas	709.731	385.305	1.196.015	701.609
Suprimentos e sobressalentes	533.253	499.492	589.732	554.467
Importações em andamento	327.054	85.012	327.062	85.148
Provisão para perdas	(86.172)	(123.938)	(102.837)	(136.858)
Outros	179.913	137.795	176.788	135.757
	3.183.996	2.296.407	3.880.635	2.763.496
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração	-	-	26.900	39.037
	3.183.996	2.296.407	3.907.535	2.802.533

A controlada Mineração Usiminas S.A, com base no seu plano de produção, possui no ativo não circulante, registrado na rubrica “Demais valores a receber”, o estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. uma reversão de perda por *impairment* nos estoques, no valor de R\$74.548, conforme Nota 17 (a). Em 31 de dezembro de 2017, não foi apurada perda por *impairment* na controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Controladora	
	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	72.683	76.143	3.527	-
COFINS (i)	322.859	348.202	15.387	-
ICMS	46.360	20.419	56.639	19.291
IPI	26.595	-	24.453	-
Crédito Exportação – Reintegra	6.115	-	21.170	-
Outros	3.671	8.004	-	11.631
	<u>478.283</u>	<u>452.768</u>	<u>121.176</u>	<u>30.922</u>
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i)	83.324	76.161	4.760	18
COFINS (i)	371.246	348.285	21.013	85
ICMS	90.737	21.679	78.090	42.992
IPI	48.371	-	31.480	-
Crédito Exportação – Reintegra	6.115	-	21.170	-
INSS a recuperar	13.671	-	19.654	-
Outros	4.267	8.159	684	11.786
	<u>617.731</u>	<u>454.284</u>	<u>176.851</u>	<u>54.881</u>

(i) ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS conforme descrito na Nota 24 (c).

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.016.711	273.647	1.235.316	420.950
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(345.682)	(93.040)	(420.007)	(143.123)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	94.034	96.894	88.518	52.665
Juros sobre capital próprio recebidos	(26.749)	(34.316)	(12.925)	(5.410)
Juros sobre capital próprio pagos	31.378	-	37.303	-
Exclusões (adições) permanentes	23.889	(63.533)	21.077	(66.197)
Créditos fiscais não reconhecidos	(68.710)	53.363	(113.068)	53.363
Incentivo fiscal	1.787	-	4.030	2.595
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	(11.549)	237
Tributos sobre o lucro apurados	<u>(290.053)</u>	<u>(40.632)</u>	<u>(406.621)</u>	<u>(105.870)</u>
Corrente	(31.319)	-	(98.228)	(59.038)
Diferido	<u>(258.734)</u>	<u>(40.632)</u>	<u>(308.393)</u>	<u>(46.832)</u>
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	<u>(290.053)</u>	<u>(40.632)</u>	<u>(406.621)</u>	<u>(105.870)</u>
Imposto de renda	(212.795)	(29.877)	(302.708)	(79.762)
Contribuição social	<u>(77.258)</u>	<u>(10.755)</u>	<u>(103.913)</u>	<u>(26.108)</u>
Alíquotas efetivas	29%	15%	33%	25%

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2017	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2018
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.361.356	-	(7.169)	2.354.187
Créditos fiscais não reconhecidos	(960.481)	-	(68.710)	(1.029.191)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	312.076	-	(11.553)	300.523
Provisão para demandas judiciais	163.052	-	(2.457)	160.595
Provisão para ajustes de estoque	42.138	-	(12.840)	29.298
Regime de caixa nos contratos de swap	76	-	(76)	-
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	36.147	-	(36.147)	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	39.463	-	172.880	212.343
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	159.711	30.399	-	190.110
Outros	115.909	-	60.651	176.560
Total ativo	2.269.447	30.399	94.579	2.394.425
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	13.698	-	(2.471)	11.227
Depreciação fiscal	-	-	357.294	357.294
Ajuste de imobilizado – IAS 29	61.808	-	(6.041)	55.767
Correção monetária sobre depósitos judiciais	48.625	-	(4.552)	44.073
Ajuste de ágio	21.450	-	(21.450)	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	162.655	-	28.844	191.499
Resultado nos contratos de swap valor de mercado	-	-	110	110
Outros	6.451	-	1.579	8.030
Total passivo	314.687	-	353.313	668.000
Total líquido	1.954.760	30.399	(258.734)	1.726.425

(i) Decorrente de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

	31/12/2017	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2018
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.529.167	(2.892)	40.852	2.567.127
Créditos fiscais não reconhecidos	(985.062)	-	(113.068)	(1.098.130)
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	321.710	132	(13.986)	307.856
Provisão para demandas judiciais	213.305	-	(12.149)	201.156
Provisão para ajustes de estoques	43.111	-	8.390	51.501
Regime de caixa nos contratos de swap	76	-	(76)	-
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (i)	36.147	-	(36.147)	-
Ágio/aquisição de empresas	303.827	-	(2.732)	301.095
Perda por valor recuperável de ativos (Impairment)	597.550	-	134.340	731.890
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	159.711	30.397	-	190.108
Outros	169.059	-	68.494	237.553
Total ativo	3.388.601	27.637	73.918	3.490.156
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	13.698	-	(2.471)	11.227
Depreciação taxa fiscal	19.311	-	355.876	375.187
Ajuste de imobilizado – IAS 29	61.808	-	(6.041)	55.767
Correção monetária sobre depósitos judiciais	52.642	-	(3.962)	48.680
Ajuste de ágio	21.450	-	(21.450)	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	162.655	-	28.844	191.499
Outros	10.925	-	31.515	42.440
Total passivo	342.489	-	382.311	724.800
Total líquido	3.046.112	27.637	(308.393)	2.765.356

(i) Decorrente de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia constituiu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$68.710 na Controladora e R\$113.068 no Consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$53.363 na Controladora e no Consolidado). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$1.029.191 na Controladora e de R\$1.098.130 no Consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$960.481 e R\$985.062, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	134.070	-	173.660
2019	180.545	188.375	211.258	226.861
2020	200.106	198.944	234.692	247.540
2021	167.353	210.905	206.002	262.293
2022	213.346	255.865	256.513	286.416
2023 até 2025	706.548	733.850	819.711	989.911
2026 até 2028	926.528	781.704	1.529.564	1.207.299
2029 até 2031	703.570	726.215	734.480	776.601
Após 2032 (i)	<u>325.620</u>	<u>-</u>	<u>596.066</u>	<u>203.082</u>
Ativo	3.423.616	3.229.928	4.588.286	4.373.663
Créditos fiscais não reconhecidos	<u>(1.029.191)</u>	<u>(960.481)</u>	<u>(1.098.130)</u>	<u>(985.062)</u>
Ativo	<u>2.394.425</u>	<u>2.269.447</u>	<u>3.490.156</u>	<u>3.388.601</u>
Passivo	<u>(668.000)</u>	<u>(314.687)</u>	<u>(724.800)</u>	<u>(342.489)</u>
Posição líquida	<u>1.726.425</u>	<u>1.954.760</u>	<u>2.765.356</u>	<u>3.046.112</u>

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de recuperabilidade dos ativos (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda			
Receita (despesa) corrente (i)	(23.007)	(76.399)	(43.596)
Antecipações e compensações do período	<u>23.007</u>	<u>73.776</u>	<u>42.292</u>
	-	(2.623)	(1.304)
Contribuição social			
Receita (despesa) corrente (i)	(8.312)	(21.829)	(15.442)
Antecipações e compensações do período	<u>8.312</u>	<u>21.153</u>	<u>15.312</u>
	-	(676)	(130)
Total IR e CSLL a pagar	<u>-</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(1.434)</u>

(i) Refere-se a ajuste entre a provisão e a declaração de imposto de renda de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.007	(106.138)	70.869	177.454	(106.138)	71.316
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	152.847	(57.089)	95.758
INSS	72.559	(7.265)	65.294	120.856	(7.265)	113.591
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	10.115	-	10.115	9.836	-	9.836
COFINS	2.472	-	2.472	2.395	-	2.395
Trabalhistas	180.945	-	180.945	179.137	-	179.137
Cíveis	37.736	(16)	37.720	43.525	(16)	43.509
Outras	2.057	-	2.057	1.329	-	1.329
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-	-	-
	<u>564.669</u>	<u>(196.892)</u>	<u>367.777</u>	<u>713.763</u>	<u>(196.892)</u>	<u>516.871</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.007	(106.138)	70.869	177.454	(106.138)	71.316
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	158.787	(57.089)	101.698
INSS	81.068	(7.265)	73.803	128.703	(7.265)	121.438
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	11.257	-	11.257	10.957	-	10.957
COFINS	22.299	-	22.299	21.414	-	21.414
Trabalhistas	249.158	-	249.158	234.202	-	234.202
Cíveis	49.995	(16)	49.979	63.368	(16)	63.352
Outras	41.947	-	41.947	51.223	-	51.223
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-	-	-
	<u>720.449</u>	<u>(196.892)</u>	<u>523.557</u>	<u>872.492</u>	<u>(196.892)</u>	<u>675.600</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	713.763	727.047	872.492	858.261
Adições	43.345	34.712	124.757	85.888
Juros/atualizações	10.074	26.108	14.922	31.612
Reversões	(105.060)	(74.104)	(194.269)	(103.269)
Provisão para perdas (i)	(97.453)	-	(97.453)	-
Saldo final	<u>564.669</u>	<u>713.763</u>	<u>720.449</u>	<u>872.492</u>

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Equivalência patrimonial(i)</u>	<u>Juros sobre capital próprio e dividendos</u>	<u>Lucros não realizados nos estoques</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2018</u>
Controladas							
Mineração Usiminas	2.436.387	-	188.060	(156.233)	-	(29)	2.468.185
Soluções Usiminas	656.826	-	44.627	(29.080)	(26.199)	-	646.174
Usiminas Commercial	3.777	-	(3.777)	-	-	-	-
Usiminas Europa	114.845	-	(77)	-	-	-	114.768
Usiminas International	34.434	-	4.956	-	-	(1)	39.389
Usiminas Mecânica	442.224	-	(162.340)	-	(627)	(148)	279.109
UPL	69.678	-	9.675	(3.926)	-	14	75.441
Ágio em controladas (ii)	-	10.049	-	-	-	-	10.049
	3.758.171	10.049	81.124	(189.239)	(26.826)	(164)	3.633.115
Controladas em conjunto							
Unigal	579.991	-	209.863	(196.000)	-	-	593.854
Usiroll	9.873	-	1.713	(1.500)	-	27	10.113
	589.864	-	211.576	(197.500)	-	27	603.967
Coligadas							
Codeme	30.873	-	(18.095)	-	-	-	12.778
MRS	9.895	-	1.509	(667)	-	3	10.740
	40.768	-	(16.586)	(667)	-	3	23.518
	4.388.803	10.049	276.114	(387.406)	(26.826)	(134)	4.260.600

(i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$276.114, quando comparado à receita de R\$249.747 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R\$459 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R\$28.826 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$10.049, referente ao direito minerário proveniente da aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A..

(ii) Consolidado

	31/12/2017	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2018
Controladas em conjunto						
Modal	2.672	-	2.717	(2.763)	-	2.626
Unigal	579.991	-	209.863	(196.000)	-	593.854
Usiroll	9.873	-	1.713	(1.500)	27	10.113
Ágio em controladas em conjunto (i)	14.201	(6.465)	-	-	-	7.736
	606.737	(6.465)	214.293	(200.263)	27	614.329
Coligadas						
Codeme	30.873	-	(18.095)	-	-	12.778
MRS	404.246	-	61.560	(27.126)	81	438.761
Terminal Paraopeba	902	-	(11)	-	-	891
Terminal Sarzedo	1.459	-	2.670	(2.571)	-	1.558
Outros	2.635	-	(67)	-	(40)	2.528
Ágio em coligadas (ii)	7.200	10.049	-	-	-	17.249
	447.315	10.049	46.057	(29.697)	41	473.765
	<u>1.054.052</u>	<u>3.584</u>	<u>260.350</u>	<u>(229.960)</u>	<u>68</u>	<u>1.088.094</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$6.465, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada reversão da perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$10.049, referente ao direito minerário proveniente da aquisição da controlada Mineração Usiminas S.A.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2018:

	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro</u>	<u>% de participação</u>
Codeme	Brasil	313.545	225.481	88.064	91.464	15.483	30,77
MRS (i)	Brasil	8.019.175	4.174.969	3.844.206	3.726.448	521.616	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.680	54.186	3.845	2.663	262.599	4.206
Contas a receber	785	93.295	3.019	894	33.215	1.193
Estoques	-	49.031	531	-	46.925	362
Impostos a recuperar	-	78.961	-	-	-	-
Outros	8	363	42	8	5.110	132
Total do ativo circulante	3.473	275.836	7.437	3.565	347.849	5.893
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	2.705	-	-	2.466	-
Imobilizado	2.446	860.767	13.942	2.597	905.003	14.418
Intangível	-	133	7	-	204	6
Total do ativo não circulante	2.446	863.605	13.949	2.597	907.673	14.424
Total do ativo	5.919	1.139.441	21.386	6.162	1.255.522	20.317
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	37	-	-	33.152	-
Fornecedores	113	11.282	237	138	8.411	127
Contingências	-	1.377	-	-	1.291	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	196.419	-	-	179.703	5
Outros	554	68.613	923	681	195.295	434
Patrimônio líquido	5.252	861.713	20.226	5.343	837.670	19.751
Total do passivo e patrimônio líquido	5.919	1.139.441	21.386	6.162	1.255.522	20.317

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	9.355	467.508	12.961	9.648	361.332	8.795
Custo produtos e serviços vendidos	(2.912)	(104.990)	(6.353)	(2.997)	(102.644)	(4.302)
Receitas (despesas) operacionais	(37)	28.358	(1.537)	(33)	(13.354)	(791)
Receitas (despesas) financeiras	124	38.047	289	208	8.637	206
Provisão IRPJ e CSLL	(1.097)	(124.880)	(1.934)	(1.160)	(65.877)	(1.296)
Lucro líquido do exercício	5.433	304.043	3.426	5.666	188.094	2.612

16 Imobilizado

							Controladora
							31/12/2017
							31/12/2018
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.068.343	(1.279.908)	788.435	2.043.821	(1.236.488)	807.333
Máquinas e equipamentos	5	21.005.476	(12.927.316)	8.078.160	20.814.835	(12.243.142)	8.571.693
Instalações	4	933.009	(276.725)	656.284	905.888	(232.928)	672.960
Móveis e utensílios	19	50.018	(42.622)	7.396	49.775	(40.340)	9.435
Equipamentos de informática	17	190.729	(174.767)	15.962	176.834	(168.610)	8.224
Veículos	26	36.915	(36.773)	142	37.039	(35.757)	1.282
Ferramentas e aparelhos	21	196.204	(179.898)	16.306	195.186	(172.944)	22.242
Impairment (i)		(428.974)	-	(428.974)	-	-	-
		24.051.720	(14.918.009)	9.133.711	24.223.378	(14.130.209)	10.093.169
Terrenos		395.279	-	395.279	419.550	-	419.550
Total em operação		24.446.999	(14.918.009)	9.528.990	24.642.928	(14.130.209)	10.512.719
Em obras							
Obras em andamento		559.185	-	559.185	555.878	-	555.878
Imobilizado em processamento		65.642	-	65.642	32.793	-	32.793
Importações em andamento		8.705	-	8.705	512	-	512
Adiantamentos a fornecedores		79	-	79	817	-	817
Encargos de empréstimos capitalizados		5.763	-	5.763	7.613	-	7.613
Outros		79.860	-	79.860	82.479	-	82.479
Total em obras		719.234	-	719.234	680.092	-	680.092
		25.166.233	(14.918.009)	10.248.224	25.323.020	(14.130.209)	11.192.811

(i) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

						Consolidado	
		31/12/2018			31/12/2017		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.398.361	(1.478.765)	919.596	2.400.504	(1.418.472)	982.032
Máquinas e equipamentos	5	22.218.596	(13.793.117)	8.425.479	22.059.248	(13.053.003)	9.006.245
Instalações	4	1.650.164	(625.487)	1.024.677	1.618.523	(518.455)	1.100.068
Móveis e utensílios	19	66.032	(56.825)	9.207	66.823	(54.102)	12.721
Equipamentos de informática	17	231.108	(210.848)	20.260	218.076	(202.079)	15.997
Veículos	26	55.658	(55.484)	174	55.914	(54.507)	1.407
Ferramentas e aparelhos	21	216.403	(197.719)	18.684	224.943	(188.394)	36.549
Impairment (i)		(428.974)	-	(428.974)	-	-	-
Outros		120.718	(7.364)	113.354	91.118	(6.079)	85.039
		26.528.066	(16.425.609)	10.102.457	26.735.149	(15.495.091)	11.240.058
Terrenos		766.553	-	766.553	798.335	-	798.335
Total em operação		27.294.619	(16.425.609)	10.869.010	27.533.484	(15.495.091)	12.038.393
Em obras							
Obras em andamento		671.939	-	671.939	705.901	-	705.901
Imobilizado em processamento		77.580	-	77.580	45.967	-	45.967
Importações em andamento		8.738	-	8.738	545	-	545
Adiantamentos a fornecedores		386	-	386	929	-	929
Encargos de empréstimos capitalizados		5.763	-	5.763	7.613	-	7.613
Outros		81.606	-	81.606	83.270	-	83.270
Total em obras		846.012	-	846.012	844.225	-	844.225
		28.140.631	(16.425.609)	11.715.022	28.377.709	(15.495.091)	12.882.618

(i) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	18.941	11.192.811
Adições (i)	3.029	15.550	2.411	4	-	315.935	338	337.267
Baixas	-	(6.577)	-	(16)	(24.271)	(3.166)	-	(34.030)
Depreciação	(43.462)	(726.933)	(43.797)	(6.998)	-	-	(10.657)	(831.847)
Encargos de empréstimos Capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	-	5.763
Impairment (iii)	-	-	-	-	-	-	(428.974)	(428.974)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	14.878	-
Outros	-	939	935	-	-	5.360	-	7.234
Saldos em 31 de dezembro de 2018	788.435	8.078.160	656.284	16.306	395.279	719.234	(405.474)	10.248.224

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$337.267.

(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iii) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota nº17.

Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	11.883.058
Adições (i)	-	1.332	-	6	-	168.261	169.627
Adições (redução de capital)	-	7.575	6.662	185	-	-	14.477
Baixas	-	(669)	-	(2)	(3)	(8.729)	(9.404)
Depreciação (ii)	(44.691)	(746.945)	(45.279)	(9.564)	-	-	(859.508)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	7.613
Transferências	9.107	68.635	115.916	1.781	-	(198.295)	-
Outros (iv)	-	1.194	2.630	-	-	(16.846)	(13.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	11.192.811

- (i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$169.627.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
- (iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
- (iv) O total contempla valores de transferência para o intangível no montante de R\$17.853, deduzidos da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montante de R\$4.801.

Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	12.882.618
Adições (i)	3.121	30.437	2.503	52	150	367.971	434.328
Baixas	(536)	(10.433)	(209)	(276)	(24.271)	(3.175)	(38.998)
Depreciação	(60.400)	(805.658)	(107.947)	(9.786)	-	-	(1.000.078)
Encargos de empréstimos Capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	5.763	5.763
Impairment (iii)	(26.846)	(35.109)	(9.713)	(9.948)	(7.859)	(46.839)	(567.885)
Transferências	21.535	223.488	23.775	1.074	-	(284.750)	-
Outros	690	16.509	16.200	1.019	198	(37.183)	(726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	919.596	8.425.479	1.024.677	18.684	766.553	846.012	11.715.022

- (i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$434.328.
- (ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
- (iii) Refere-se a teste de *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890
Adições (i)	-	9.559	2.657	158	-	195.604	493	208.471
Baixas	(243)	(831)	-	(9)	(3)	(8.729)	(15)	(9.830)
Depreciação (ii)	(61.756)	(851.135)	(111.536)	(12.274)	-	-	(19.769)	(1.056.470)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Impairment de ativos	-	-	-	-	-	-	1.833	1.833
Transferências	9.109	66.319	137.643	2.643	-	(219.090)	3.376	-
Outros	-	2.509	3.449	(16)	-	(23.778)	(53)	(17.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	115.164	12.882.618

- (i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$208.471.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
- (iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2018, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na substituição dos staves do alto forno nº3 e na reativação do alto forno nº1, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$846.012, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$5.763 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2018, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R\$819.512, R\$3.067 e R\$9.268 (31 de dezembro de 2017 – R\$844.724, R\$3.125 e R\$11.659), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$982.069, R\$4.093 e R\$13.916 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.035.389, R\$4.424 e R\$16.658), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 39).

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (Nota 28).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. Estimamos que o valor justo líquido de despesas de alienação sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,75% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 13,21% e 14,2% a.a.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mineração e logística	-	14.936	21.401
Siderurgia	110.343	-	110.343
Transformação do aço	-	2.433	2.433
	<u>110.343</u>	<u>17.369</u>	<u>134.177</u>

Em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mineração e logística	-	-	(6.465)	(1.882)
Siderurgia	<u>(110.343)</u>	<u>(73.010)</u>	<u>(110.343)</u>	<u>(73.010)</u>
	(110.343)	(73.010)	(116.808)	(74.892)

A Unidade de Transformação do Aço não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida e seus ativos de vida útil definida foram revisados, não tendo se verificado indicadores de *impairment*.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 32 (b)):

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
Mineração e logística		
Estoque	-	74.548
Direitos minerários	-	131.518
Siderurgia		
Investimentos	10.049	10.049
Imobilizado	(428.974)	(428.974)
Bens de capital		
Intangível	-	(4.209)
Imobilizado	-	(138.911)
	<u>(418.925)</u>	<u>(355.979)</u>

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,78% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD62,00/t e USD65,80/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu uma reversão de *impairment* no valor de R\$206.066, que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. A perda por *impairment* remanescente no valor de R\$1.432.940, continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$6.465 (2017 – R\$1.882) relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto, Modal.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

O valor em uso do segmento Siderurgia foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro.

A revisão nas estimativas dos volumes de vendas futuros combinado com as projeções de aumento dos custos de matérias primas atrelados ao dólar, diminuiram o valor recuperável líquido estimado dos ativos testados, resultando em perda por *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$539.317, correspondente à perda no imobilizado de R\$428.974 e ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora no valor de R\$110.343.

Em 31 de dezembro de 2017 foram registradas, na rubrica de investimentos da controladora, perdas por *impairment* relacionadas ao segmento de Siderurgia no valor de R\$73.010, sendo R\$62.175 referente a ágio pago na aquisição da coligada Codeme e R\$10.835 na coligada Rios Unidos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 foram registradas reversões por *impairment* no valor de R\$10.049 relacionadas ao intangível com vida útil definida apurado na aquisição da Mineração Usiminas.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2019, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(e) Testes de *impairment* do segmento bens de capital

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento no valor de R\$143.120, sendo R\$138.911 referente à totalidade do saldo do imobilizado e R\$4.209 sobre o intangível, reflexo da forte retração do mercado de bens de capital que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a companhia.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

18 Intangível

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

							Controladora
							31/12/2017
							31/12/2018
Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Software	32	242.080	(192.748)	49.332	242.821	(170.547)	72.274
Ágio	-	-	-	-	153.692	(43.349)	110.343
Outros	-	29.011	-	29.011	4.049	-	4.049
		271.091	(192.748)	78.343	400.562	(213.896)	186.666
							Consolidado
							31/12/2017
							31/12/2018
Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Software	32	337.003	(278.193)	58.810	335.591	(252.302)	83.289
Ágio	-	2.433	-	2.433	156.125	(43.349)	112.776
Direito Minerário	-	2.063.280	(82.985)	1.980.295	2.063.280	(80.559)	1.982.721
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.377.733)	-	(1.377.733)	(1.509.251)	-	(1.509.251)
Outros	-	42.915	(11.124)	31.791	21.539	(13.884)	7.655
		1.067.898	(372.302)	695.596	1.067.284	(390.094)	677.190

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Adições	-	-	25.440	25.440
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (i)	(110.343)	-	-	(110.343)
Transferências	-	(741)	741	-
Amortização	-	(22.201)	-	(22.201)
Outros	-	-	(1.219)	(1.219)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Custo total	-	242.080	29.011	271.091
Amortização acumulada	-	(192.748)	-	(192.748)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	-	49.332	29.011	78.343
Taxas anuais de amortização %	-	32	-	-

(i) Refere-se a teste de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Controladora			
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Adições	-	-	6.196	6.196
Transferências	-	25.389	(25.389)	-
Amortização	-	(24.240)	-	(24.240)
Outros	-	20.487	(2.632)	17.855
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Custo total	153.692	242.821	4.049	400.562
Amortização acumulada	(43.349)	(170.547)	-	(213.896)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Taxas anuais de amortização %	-	27	-	-

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Adições	-	-	2.502	25.880	28.382
Transferências	-	-	(615)	615	-
Amortização	(2.426)	-	(25.891)	(1.140)	(29.457)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>) (ii)	131.518	(110.343)	(4.209)	-	16.966
Outros	-	-	3.734	(1.219)	2.515
Saldos em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Custo total	685.547	2.433	337.003	42.915	1.067.898
Amortização acumulada	(82.985)	-	(278.193)	(11.124)	(372.302)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.562	2.433	58.810	31.791	695.596
Taxas anuais de amortização %	-	-	32	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,52 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

(ii) Refere-se a teste de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota nº17.

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Adições	-	-	1.314	6.385	7.699
Transferências	-	-	24.596	(24.596)	-
Amortização	(2.678)	-	(29.400)	(863)	(32.941)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(10.835)	-	-	(10.835)
Outros	-	-	21.981	(2.632)	19.349
Saldos em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Custo total	557.929	156.125	335.591	17.639	1.067.284
Amortização acumulada	(84.459)	(43.349)	(252.302)	(9.984)	(390.094)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Taxas anuais de amortização %	-	-	27	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,55 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$260 e R\$21.941 (31 de dezembro de 2017 - R\$310 em “Custos das vendas” e R\$23.930 em “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R\$4.452, R\$57 e R\$24.948 (31 de dezembro de 2017 - R\$5.540, R\$74 e R\$27.327), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas uma reversão de *impairment* no valor de R\$131.518, conforme Nota 17 (b) (ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$110.343, referente ao ágio pago na aquisição de ativos incorporados pela Controladora, conforme Nota 17 (b) (ii).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada perda por *impairment* no segmento de bens de capital no valor de R\$4.209 sobre o montante total do intangível, conforme Nota 17 (b) (ii).

Em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Rios Unidos uma perda por *impairment* no valor de R\$10.835, conforme Nota 17 (b) (ii).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No país	677.663	392.304	786.660	471.041
No exterior	27.126	29.034	50.641	47.460
Valores a pagar a empresas ligadas	333.294	454.061	296.462	458.416
	<u>1.038.083</u>	<u>875.399</u>	<u>1.133.763</u>	<u>976.917</u>

20 Empréstimos e financiamentos

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	26.888	306.493	23.996	332.140
BNDDES	R\$	2018	5,50% a.a.	-	-	431	-
BNDDES	R\$	2025	TJLP	279	3.242	248	3.512
FINAME	R\$	2019 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	4.298	16.122	4.926	20.378
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	177.991	2.051.333	157.591	2.222.667
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.334	43.418	8.019	49.213
Bradesco	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	39.190	451.095	34.790	488.784
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	48.321	556.209	42.898	602.680
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(12.728)	(48.124)	(12.772)	(60.853)
				<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>	<u>260.127</u>	<u>3.658.521</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.711	19.699	1.297	18.226
BNDDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	10.070	115.943	7.638	107.267
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	14.113	164.448	10.583	152.091
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	37.537	439.680	28.135	406.637
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	37.779	439.672	28.347	406.637
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.657)	(6.293)	(1.659)	(7.949)
				<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>	<u>74.341</u>	<u>1.082.909</u>
Em moeda nacional				<u>292.573</u>	<u>3.379.788</u>	<u>260.127</u>	<u>3.658.521</u>
				<u>392.126</u>	<u>4.552.937</u>	<u>334.468</u>	<u>4.741.430</u>

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2025	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	26.888	306.493	23.996	332.140
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	-	-	431	-
BNDES	R\$	2025	TJLP	279	3.242	248	3.512
FINAME	R\$	2019 a 2024	2,5% a 10%a.a.	6.263	18.034	7.431	24.245
Banco do Brasil	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	177.991	2.051.333	157.591	2.222.667
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.334	43.418	8.019	49.213
Bradesco	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	39.190	451.095	34.790	488.784
Itaú BBA	R\$	2025	CDI + 3% a.a.	48.321	556.209	42.898	602.680
Outros	-	-	-	2.708	8.122	269	13.171
Comissões e outros custos	-	-	-	(12.728)	(48.124)	(12.772)	(60.853)
				<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>	<u>262.901</u>	<u>3.675.559</u>

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2018		31/12/2017	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.711	19.699	1.297	18.226
BNDES	US\$	2025	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	10.070	115.943	7.638	107.267
Nippon Usiminas	US\$	2025	Libor + 2,83% a.a.	14.113	164.448	10.583	152.090
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,55% a.a.	37.537	439.680	28.135	406.637
JBIC	US\$	2025	Libor + 2,885% a.a.	37.779	439.672	28.347	406.637
Eurobonds	US\$	2018	7,25%	-	-	590.704	-
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.657)	(6.293)	(1.659)	(7.948)
				<u>99.553</u>	<u>1.173.149</u>	<u>665.045</u>	<u>1.082.909</u>
Em moeda nacional				<u>297.246</u>	<u>3.389.822</u>	<u>262.901</u>	<u>3.675.559</u>
				<u>396.799</u>	<u>4.562.971</u>	<u>927.946</u>	<u>4.758.468</u>

20.2 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	66.368	-	70.943
2020	346.521	332.197	350.649	336.104
2021	649.990	624.370	653.137	627.517
2022	939.551	903.198	942.281	905.928
2023	939.853	903.787	939.878	906.446
2024 e 2025	<u>1.677.022</u>	<u>1.911.510</u>	<u>1.677.026</u>	<u>1.911.530</u>
	<u>4.552.937</u>	<u>4.741.430</u>	<u>4.562.971</u>	<u>4.758.468</u>

20.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	<u>5.075.898</u>	<u>6.540.287</u>	<u>5.686.414</u>	<u>5.926.573</u>
Encargos provisionados	329.072	538.579	331.627	528.546
Variação monetária	96.115	88.269	96.274	88.518
Variação cambial	185.818	73.640	170.875	26.400
Amortização de encargos	(427.460)	(667.509)	(448.987)	(634.409)
Amortização de principal	(328.812)	(1.511.824)	(890.865)	(263.670)
Diferimento de comissões	<u>14.432</u>	<u>14.456</u>	<u>14.432</u>	<u>14.456</u>
Saldo final	<u>4.945.063</u>	<u>5.075.898</u>	<u>4.959.770</u>	<u>5.686.414</u>

20.4 Condicionantes e cláusulas de renegociação da dívida

(a) Covenants

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices, calculados em uma base individual (Controladora):

(i) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(ii) EBITDA / Despesas Financeiras:

- mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

(b) *Cash sweep*

Nos instrumentos de renegociação da dívida está previsto o *cash sweep*, que define um valor como limite de caixa da Companhia. Caso haja um montante excedente a esse limite previamente definido, excluídos certos eventos de liquidez, a Companhia deverá distribuí-lo proporcionalmente aos seus credores. Esse montante excedente será utilizado na amortização antecipada dos valores de principal, de juros e demais encargos devidos nos termos dos referidos instrumentos. As medições são realizadas com base nas demonstrações financeiras da Companhia em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou o montante de R\$365.638 como excedente de caixa, que será distribuído proporcionalmente aos credores até 15 de março de 2019. O valor da dívida que será amortizada antecipadamente por esse montante excedente foi reclassificado para o passivo circulante.

21 Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, possuem pagamentos anuais que vencem entre 2019 e 2025, além de encargos financeiros de 3% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, a movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	949.365	997.735
Encargos provisionados e outros	69.686	115.456
Variação monetária	15.827	12.125
Amortização de encargos	(84.517)	(129.841)
Amortização de principal	(60.341)	(46.110)
Saldo final (i)	890.020	949.365
Passivo circulante	70.237	62.031
Passivo não circulante	819.783	887.334

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$6.467 (31 de dezembro de 2017 – R\$7.816) referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2018, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$1.589 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2017 - R\$1.942).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	11.692
2020	61.769	61.692
2021	116.769	116.692
2022	169.269	169.192
2023	169.269	169.192
2024 e 2025	302.707	358.874
	819.783	887.334

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	52.633	42.606	57.499	49.319
IPI	23.664	18.369	27.127	21.168
IRRF	20.044	6.793	21.787	8.353
ISS	1.612	1.046	4.050	3.321
PIS e COFINS	1.965	1.998	3.395	4.231
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	5.869	4.701
Outros	1.233	1.781	3.186	3.996
	<u>101.151</u>	<u>72.593</u>	<u>122.913</u>	<u>95.089</u>

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.257	(100.079)	4.178	107.705	(100.079)	7.626
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL						
Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.070</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.178</u>	<u>204.518</u>	<u>(196.892)</u>	<u>7.626</u>

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.257	(100.079)	4.178	107.705	(100.079)	7.626
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
PERT	2	-	2	12.868	-	12.868
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL						
Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	<u>201.072</u>	<u>(196.892)</u>	<u>4.180</u>	<u>217.386</u>	<u>(196.892)</u>	<u>20.494</u>

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial (i)	204.518	205.237	217.386	215.611
Adições	-	-	3	6.326
Provisão (reversão) de juros	179	421	179	421
Liquidação com a utilização de prejuízos fiscais (ii)	-	-	(12.868)	-
Compensação com precatório – Lei 11.941	(3.627)	-	(3.627)	-
Amortização de principal	(131)	-	(132)	(4.342)
Recuperação de crédito	131	-	131	-
Baixa	-	(1.140)	-	(1.140)
Variação monetária	-	-	-	510
Subtotal	<u>201.070</u>	<u>204.518</u>	<u>201.072</u>	<u>217.386</u>
Saldo compensação depósito judicial	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>	<u>(196.892)</u>
Saldo final (iii)	<u>4.178</u>	<u>7.626</u>	<u>4.180</u>	<u>20.494</u>

- (i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2017 – R\$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.
- (ii) Liquidação com base em adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).
- (iii) O saldo da Controladora é, substancialmente, composto de IPI. O saldo do Consolidado, além do IPI da Controladora é, substancialmente, composto de débitos previdenciários.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24 Provisão para demandas judiciais

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
ICMS	50.581	-	50.581	58.490	-	58.490
Trabalhistas	361.516	(123.414)	238.102	294.962	(110.478)	184.484
Cíveis	62.009	(28.453)	33.556	128.472	(30.660)	97.812
	474.106	(151.867)	322.239	481.924	(141.138)	340.786

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
INSS	54	(54)	-	54	(54)	-
ICMS	67.269	(1.194)	66.075	86.941	(1.121)	85.820
PIS/COFINS	1.927	-	1.927	-	-	-
Trabalhistas	460.227	(175.995)	284.232	391.641	(145.652)	245.989
Cíveis	78.650	(44.453)	34.197	150.562	(33.394)	117.168
Outras	27.424	(21.435)	5.989	39.766	(34.234)	5.532
	635.551	(243.131)	392.420	668.964	(214.455)	454.509

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	481.924	422.405	668.964	607.863
Adições	223.764	139.202	235.244	202.058
Juros/atualizações	98.082	88.258	109.787	98.241
Amortizações/baixas	(219.134)	(107.837)	(254.668)	(150.132)
Reversões de principal	(68.236)	(46.500)	(84.426)	(83.228)
Reversões de juros	(42.294)	(13.604)	(43.438)	(15.323)
Transferências entre passivos	-	-	4.088	9.485
Saldo final	<u>474.106</u>	<u>481.924</u>	<u>635.551</u>	<u>668.964</u>

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2018 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

		31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	50.502	48.228
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	296.218	229.020
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	12.368	27.458
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	14.467	67.071
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1ª Região.	11.668	11.343
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	43.884	51.925
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	23.506	22.601
Outras ações de natureza trabalhista.	-	14.796	17.714
Outras ações de natureza tributária.	-	6.697	6.564
		474.106	481.924

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

		31/12/2018	31/12/2017
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	16.688	28.450
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	61.399	57.539
Outras ações de natureza cível.	-	8.693	16.821
Outras ações de natureza tributária.	-	10.453	10.483
		<u>97.233</u>	<u>113.293</u>
		31/12/2018	31/12/2017
Provisões da Controladora		474.106	481.924
Provisões da Soluções Usiminas		97.233	113.293
Provisões das demais empresas		<u>64.212</u>	<u>73.747</u>
Total do Consolidado		<u>635.551</u>	<u>668.964</u>

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	93.680	91.660
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	41.698	40.952
Autuação fiscal referente à cobrança do ICMS/SP incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não foi devidamente comprovada.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	41.573	41.712
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.216.891	1.180.292
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	53.109	51.696
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei nº 11.941/09.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	96.741	93.516
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.305	39.572
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	625.856	609.031
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	48.340	46.740
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	50.016	48.989
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha, cuja inscrição de ocupação perante a Secretaria do Patrimônio da União encontra-se relacionada ao RIP.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	-	34.651
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	306.624	285.111

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação fiscal irregular – ICMS/RS.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	105.427	91.419
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	133.251
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoelétrica (industrialização por transformação).	Encerrada esfera administrativa e iniciada discussão judicial	60.187	57.710
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	32.226	31.233
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	372.344	146.232
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	276.608	188.148
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	57.414	56.315
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	51.847	50.854
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	86.925	-
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	170.979	156.411
Outras ações de natureza trabalhista.	-	43.048	35.825
Outras ações de natureza tributária.	-	686.868	397.650
		<u>4.674.140</u>	<u>3.908.970</u>

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	661.686	614.087
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	557.636	490.613
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	115.264	101.530
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	13.240	12.778
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	96.629	95.047
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	37.022	16.584
Outras ações de natureza tributária.	-	25.981	47.323
		1.507.458	1.377.962

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	16.943	26.280
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	100.966	102.774
Outras ações de natureza tributária.	-	76.373	73.445
Outras ações de natureza cível.	-	14.056	12.371
		<u>208.338</u>	<u>214.870</u>

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2018	31/12/2017
		Saldo	Saldo
Procedimento arbitral, por meio da qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Friável - Flotação no Município de Itatiaiuçu-MG.	Perícia realizada e manifestação das partes sobre laudos.	11.269	9.975
Pleito reconvenção apresentado em arbitragem iniciada pela MUSA.	Sentença proferida em Novembro 2018 – processo encerrado sem pagamento de valores de parte a parte.	-	1.096.398
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	36.081	-
Outras ações de natureza cível.	-	17.916	15.614
Outras ações de natureza trabalhista.	-	10.069	16.441
Outras ações de natureza tributária.	-	12.045	2.030
		<u>87.380</u>	<u>1.140.458</u>
		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contingências da Controladora		4.674.140	3.908.970
Contingências da Usiminas Mecânica		1.507.458	1.377.962
Contingências da Soluções Usiminas		208.338	214.870
Contingências da Mineração Usiminas		87.380	1.140.458
Contingências das demais empresas		<u>23.117</u>	<u>24.299</u>
Total do Consolidado		<u>6.500.433</u>	<u>6.666.559</u>

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2018:

(i) Empréstimo compulsório - Eletrobrás

A Companhia figura como parte ativa no processo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobrás, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

O processo referente à filial de Cubatão teve a sua ação declaratória transitada em julgado. Em junho de 2016, a Companhia requereu a liquidação por arbitramento, com a imediata nomeação de perito judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o valor desta ação totalizava R\$833.915 (31 de dezembro de 2017 - R\$797.430).

O processo referente à filial de Ipatinga, no qual a Companhia pleiteia o montante de R\$1.387.296 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.326.601), teve sua ação declaratória transitada em julgado. Em 19 de dezembro de 2018, a 2ª Vara Federal do Distrito Federal emitiu despacho reconhecendo o montante de R\$676.023 como incontroverso para cumprimento de sentença, tendo em vista que a própria Eletrobrás requereu expressamente a homologação deste montante, atualizado monetariamente até 1º de julho de 2016. Desta forma, a Companhia registrou esse valor em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Valores a receber - Eletrobrás”, no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$186.010 e R\$490.013, respectivamente. A Companhia seguirá com os trâmites judiciais necessários para o recebimento do montante incontroverso, bem como da sua atualização monetária até a data do seu efetivo recebimento. Adicionalmente, a Companhia continuará pleiteando judicialmente o valor não reconhecido, o qual entende ser devido pela Eletrobrás.

(ii) PIS e COFINS - Importação

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R\$738.405 foram compensados até 31 de dezembro de 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou compensações no valor de R\$55.699.

(iii) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2018, transitou em julgado o Mandado de Segurança impetrado em 2010 pela Companhia, sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e sua controlada em conjunto Unigal Ltda., que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com esta decisão favorável, referente ao período de junho de 2005 a dezembro de 2014, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna no. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R\$789.160 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$364.815 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$410.932 e R\$378.228, respectivamente. No Consolidado, no mesmo período, foi registrado o montante de R\$803.249 na rubrica “Impostos a recuperar”, sendo R\$378.904 no ativo circulante e R\$424.345 no ativo não circulante, em contrapartida das rubricas “Outras receitas operacionais” e “Resultado financeiro”, nos montantes de R\$418.744 e R\$384.505, respectivamente.

25 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$203.707 (31 de dezembro de 2017 – R\$158.333).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	546.681	648.860	546.681	648.860
Benefícios de saúde pós-emprego	487.159	401.464	487.547	401.464
	<u>1.033.840</u>	<u>1.050.324</u>	<u>1.034.228</u>	<u>1.050.324</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	(53.957)	7.771	(53.957)	7.771
Benefícios de saúde pós-emprego	(37.960)	(36.273)	(37.960)	(36.867)
	<u>(91.917)</u>	<u>(28.502)</u>	<u>(91.917)</u>	<u>(29.096)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(309.014)	(45.117)	(309.031)	(44.365)
Redução (aumento) no ativo (<i>asset ceiling</i>) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	249.865	104.809	249.865	104.809
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	<u>(59.149)</u>	<u>59.692</u>	<u>(59.166)</u>	<u>60.444</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o total da Controladora inclui o valor de R\$137 (31 de dezembro de 2017 – R\$2.708) e do consolidado inclui o valor de R\$17 (31 de dezembro de 2017 – R\$752) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral. Contam também, com os institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$517.378 (31 de dezembro de 2017- R\$654.370).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 150 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na “Tabela Price”, com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$146.058 em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2018				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)
Valor justo dos ativos	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066
	<u>1.034.722</u>	<u>(149.948)</u>	<u>46.087</u>	<u>25.889</u>	<u>956.750</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.034.722)	-	(42.585)	(25.324)	(1.102.631)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(400.800)	-	-	-	(400.800)
	<u>(400.800)</u>	<u>(149.948)</u>	<u>3.502</u>	<u>565</u>	<u>(546.681)</u>

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2017				
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)
Valor justo dos ativos	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766
	<u>1.004.953</u>	<u>(100.103)</u>	<u>133.505</u>	<u>26.459</u>	<u>1.064.814</u>
Ativo de benefício (<i>asset ceiling</i>)	(1.004.953)	-	(128.769)	(25.685)	(1.159.407)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(520.295)	(33.972)	-	-	(554.267)
	<u>(520.295)</u>	<u>(134.075)</u>	<u>4.736</u>	<u>774</u>	<u>(648.860)</u>

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2018, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$59.941 (31 de dezembro de 2017 – R\$75.041).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(6.225.952)	(6.702.706)
Saldo de conta apurado em ano anterior	-	802.111
Custo do serviço corrente	(591)	(708)
Custo dos juros	(587.060)	(601.973)
Benefícios pagos	540.953	571.308
Ganhos (perdas) atuariais	(467.666)	(293.984)
	<u>(6.740.316)</u>	<u>(6.225.952)</u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	7.290.766	7.493.938
Saldo de conta apurado em ano anterior	-	(802.111)
Retorno esperado dos ativos	760.665	951.138
Contribuições reais durante o ano	186.588	219.109
Benefícios pagos	(540.953)	(571.308)
Saldo final	<u>7.697.066</u>	<u>7.290.766</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo do serviço corrente	(591)	(708)
Custo dos juros	(755.404)	(690.299)
Retorno esperado dos ativos	702.038	698.778
	<u>(53.957)</u>	<u>7.771</u>

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” e no “Resultado financeiro”, na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2019 totalizam R\$211.920.

Premissas Atuariais

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto	(i)	(ii)
Taxa de inflação	4,30%	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	9,31%	9,83%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	9,41% e 8,99%	9,83% e 8,89%
Crescimentos salariais futuros	1,6% a 3,04%	1,66% a 3,04%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,30%	4,30%

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 4,8%; PBD, 4,8%; USIPREV, 4,90%; e COSIPREV, 4,50%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,30%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,40%; e COSIPREV, 4,40%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 26.5.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

	31/12/2018					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)	(6.740.316)	(487.159)
Valor justo dos ativos do plano	4.991.783	1.574.446	1.102.517	28.320	7.697.066	-
(Déficit) excedente no plano	1.034.722	(149.948)	46.087	25.889	956.750	(487.159)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(16.196)	16.609	(53.972)	613	(52.946)	(6.610)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(39.891)	89.857	7.674	977	58.617	-
						58.617

	31/12/2017					
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)	(401.464)
Valor justo dos ativos do plano	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766	-
(Déficit) excedente no plano	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814	(401.464)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	77.495	20.057	6.201	587	104.340	45.622
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	206.050	19.648	27.580	(916)	252.362	-
						252.362

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(3.957.061)	(1.724.394)	(1.056.430)	(2.431)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	9,31%	9,31%	9,41%	8,99%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 50% (M) e 40% (F)	AT-2000, suavizada em 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-83 M	AT-49 M	AT-83	AT-49 M
<u>Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano</u>				
1% de aumento sobre a taxa real	(373.758)	(166.403)	(116.343)	(86)
1% de redução sobre a taxa real	319.309	141.774	95.607	80
<u>Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade</u>				
Desagravada em 10%	111.019	44.630	(9.050)	37

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 11,08% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(401.464)	(345.495)	(401.464)	(349.803)
Custo do serviço corrente	1.216	(11)	1.216	(11)
Custo dos juros	(39.176)	(36.274)	(39.176)	(36.868)
Benefícios pagos	11.223	11.149	11.223	11.149
Ganhos (perdas) atuariais	(58.958)	(30.833)	(59.346)	(25.931)
Saldo final	<u>(487.159)</u>	<u>(401.464)</u>	<u>(487.547)</u>	<u>(401.464)</u>

26.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	390.216	5	369.409	5
Títulos do Governo Federal	4.523.932	60	3.651.891	50
Renda fixa	2.100.621	27	2.618.965	36
Investimentos imobiliários	266.777	3	274.529	4
Outros	<u>415.520</u>	<u>5</u>	<u>375.972</u>	<u>5</u>
	<u>7.697.066</u>	<u>100</u>	<u>7.290.766</u>	<u>100</u>

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$390.216 (31 de dezembro de 2017 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$369.409).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.749.823 ações preferenciais classe A e 68.601 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais Classe A</u>	<u>Preferenciais Classe B</u>	<u>Total</u>
Total de ações em 31 de dezembro de 2018	<u>705.260.684</u>	<u>547.749.823</u>	<u>68.601</u>	<u>1.253.079.108</u>
Total de ações em tesouraria	<u>(2.526.656)</u>	<u>(21.250.817)</u>	<u>-</u>	<u>(23.777.473)</u>
Total de ações ex-tesouraria	<u>702.734.028</u>	<u>526.499.006</u>	<u>68.601</u>	<u>1.229.301.635</u>

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2018, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui 2.526.656 ações ordinárias e 21.250.817 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2017 – 2.526.656 ações ordinárias e 22.366.733 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 38).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo credor de R\$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$965.630(31 de dezembro de 2017 – R\$906.481).
- Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo credor dessa conta totaliza R\$110.062 (31 de dezembro de 2017 – R\$121.788).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2018, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	726.658	233.015
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(36.333)</u>	<u>(11.651)</u>
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	<u>690.325</u>	<u>221.364</u>
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	<u>172.581</u>	<u>55.341</u>
Dividendos propostos	80.294	55.341
Juros sobre capital próprio propostos	92.287	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	11.455	-
Total	<u>184.036</u>	<u>55.341</u>
Valor por ação ON (i)	R\$0,143559	R\$0,043211
Valor por ação PN (i)	R\$0,157914	R\$0,047532

(i) Em 31 de dezembro de 2018, calculado com base no montante bruto de R\$184.036.

De acordo com a Deliberação CVM 683/12, os juros sobre capital próprio foram imputados ao montante dos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido, deduzidos do imposto de renda na fonte correspondente.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar no início do exercício	55.479	139	75.644	22.001
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(55.255)	(1)	(125.469)	(25.505)
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos	172.581	55.341	252.677	79.148
Dividendos prescritos	(43)	-	(43)	-
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	172.762	55.479	202.809	75.644

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

28 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

<u>Segmentos reportáveis</u>	<u>Operações</u>
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2018						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	1.085.047	12.570.368	3.237.873	352.718	17.246.006	(3.509.226)	13.736.780
Custo das vendas	(748.797)	(10.605.498)	(3.044.476)	(349.829)	(14.748.600)	3.226.906	(11.521.694)
Lucro (prejuízo) bruto	336.250	1.964.870	193.397	2.889	2.497.406	(282.320)	2.215.086
(Despesas)/receitas operacionais	3.805	(898.313)	(106.347)	(186.412)	(1.187.267)	114.452	(1.072.815)
Despesas com vendas	(87.787)	(186.890)	(46.251)	(11.667)	(332.595)	(4.809)	(337.404)
Despesas gerais e administrativas	(26.124)	(334.802)	(57.862)	(35.243)	(454.031)	14.009	(440.022)
Outras (despesas) e receitas	55.006	(440.056)	(2.234)	(139.432)	(526.716)	(29.023)	(555.739)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	62.710	63.435	-	(70)	126.075	134.275	260.350
Lucro (prejuízo) operacional	340.055	1.066.557	87.050	(183.523)	1.310.139	(167.868)	1.142.271
Resultado financeiro	23.997	81.926	12.719	5.293	123.935	(30.890)	93.045
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	364.052	1.148.483	99.769	(178.230)	1.434.074	(198.758)	1.235.316
Imposto de renda e contribuição social	(81.466)	(404.120)	(34.978)	15.886	(504.678)	98.057	(406.621)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	282.586	744.363	64.791	(162.344)	929.396	(100.701)	828.695
Atribuível aos							
Acionistas controladores	200.713	744.363	44.627	(162.344)	827.359	(100.701)	726.658
Acionistas não controladores	81.873	-	20.164	-	102.037	-	102.037
Ativos	4.294.012	24.543.528	1.718.978	435.876	30.992.394	(4.468.543)	26.523.851
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	430.474	23.580	-	2.462	456.516	-	456.516
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	77.133	408.960	93.509	10.586	590.188	(2.721)	587.467
Passivos circulante e não circulante	598.830	10.195.809	609.913	151.121	11.555.673	(729.213)	10.826.460

	31/12/2017						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	524.755	9.980.280	2.496.990	287.596	13.289.621	(2.555.503)	10.734.118
Custo das vendas	(342.908)	(8.488.708)	(2.328.070)	(278.202)	(11.437.888)	2.338.864	(9.099.024)
Lucro (prejuízo) bruto	181.847	1.491.572	168.920	9.394	1.851.733	(216.639)	1.635.094
(Despesas)/receitas operacionais	60.430	(497.829)	(99.470)	(62.528)	(599.397)	(151.827)	(751.224)
Despesas com vendas	(31.434)	(155.940)	(46.271)	(12.481)	(246.126)	(4.824)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(20.015)	(311.420)	(54.017)	(31.975)	(417.427)	13.034	(404.393)
Outras (despesas) e receitas	61.153	(291.463)	818	(18.010)	(247.502)	(3.275)	(250.777)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	50.726	260.994	-	(62)	311.658	(156.762)	154.896
Lucro (prejuízo) operacional	242.277	993.743	69.450	(53.134)	1.252.336	(368.466)	883.870
Resultado financeiro	38.961	(506.463)	3.286	7.550	(456.666)	(6.254)	(462.920)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuição social	281.238	487.280	72.736	(45.584)	795.670	(374.720)	420.950
Imposto de renda e contribuição social	(51.601)	(99.727)	(22.442)	15.247	(158.523)	52.653	(105.870)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	229.637	387.553	50.294	(30.337)	637.147	(322.067)	315.080
Atribuível aos							
Acionistas controladores	163.225	387.553	34.641	(30.337)	555.082	(322.067)	233.015
Acionistas não controladores	66.412	-	15.653		82.065	-	82.065
Ativos	4.221.699	23.973.135	1.437.086	631.843	30.263.763	(4.279.286)	25.984.477
O total do ativo inclui: Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	396.712	40.832	-	2.571	440.115	-	440.115
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	25.889	227.804	50.882	14.826	319.401	(2.868)	316.533
Passivos circulante e não circulante	581.960	10.146.763	350.593	184.596	11.263.912	(451.261)	10.812.651

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

29 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas de produtos				
Mercado interno	13.701.027	11.057.570	14.230.571	11.686.230
Mercado externo	1.642.896	1.345.119	2.425.588	1.533.157
	<u>15.343.923</u>	<u>12.402.689</u>	<u>16.656.159</u>	<u>13.219.387</u>
Vendas de serviços				
Mercado interno	18.131	7.936	205.128	191.940
Mercado externo	2.818	451	2.818	451
	<u>20.949</u>	<u>8.387</u>	<u>207.946</u>	<u>192.391</u>
Receita bruta	<u>15.364.872</u>	<u>12.411.076</u>	<u>16.864.105</u>	<u>13.411.778</u>
Deduções da receita	<u>(2.794.793)</u>	<u>(2.433.547)</u>	<u>(3.127.325)</u>	<u>(2.677.660)</u>
Receita líquida	<u>12.570.079</u>	<u>9.977.529</u>	<u>13.736.780</u>	<u>10.734.118</u>

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação, amortização e exaustão	(854.048)	(966.188)	(1.029.535)	(1.171.851)
Despesas e benefícios a empregados	(863.268)	(851.370)	(1.268.092)	(1.215.816)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(8.069.548)	(6.123.905)	(7.808.345)	(5.874.055)
Despesas com manutenções programadas	(111.461)	(104.193)	(108.572)	(106.468)
Frete e seguros	(380.099)	(322.005)	(608.628)	(436.603)
Custo de distribuição	(89.468)	(82.443)	(173.007)	(112.446)
Serviços de terceiros	(900.505)	(745.554)	(1.088.516)	(893.556)
Encargos judiciais	(28.189)	(20.741)	(35.248)	(32.002)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(155.528)	(92.702)	(146.767)	(118.830)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	9.530	12.339	12.058	14.012
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	2.781	(1.255)	(267)	(1.183)
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	36.063	237.492	36.063	237.492
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos (Impairment), líquidos	(529.268)	(73.010)	(472.787)	(74.892)
Acordo Porto Sudeste	-	-	-	205.106
Créditos Eletrobrás	186.010	-	186.010	-
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	410.932	-	418.744	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Outras	(468.373)	(273.496)	(726.052)	(399.739)
	<u>(11.838.920)</u>	<u>(9.423.788)</u>	<u>(12.854.859)</u>	<u>(10.005.144)</u>
Custo das vendas	(10.861.424)	(8.676.104)	(11.521.694)	(9.099.024)
Despesas com vendas	(186.890)	(155.940)	(337.404)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(322.966)	(301.419)	(440.022)	(404.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(467.640)	(290.325)	(555.739)	(250.777)
	<u>(11.838.920)</u>	<u>(9.423.788)</u>	<u>(12.854.859)</u>	<u>(10.005.144)</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$23.202 na Controladora e R\$26.048 no consolidado (31 de dezembro de 2017 – R\$31.926 e R\$33.578, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

31 Despesas e benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	(631.664)	(655.925)	(963.407)	(961.618)
Encargos previdenciários	(120.871)	(119.885)	(173.206)	(166.264)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(29.380)	(28.502)	(29.380)	(29.096)
Abonos	(15.916)	(12.606)	(15.934)	(13.324)
Participação dos empregados nos lucros	(48.495)	(14.514)	(65.206)	(22.484)
Custos de planos de aposentadoria	(3.253)	(5.569)	(3.572)	(6.024)
Plano de outorga de opção de ações	-	(789)	-	(951)
Outras	(13.689)	(13.580)	(17.387)	(16.055)
	<u>(863.268)</u>	<u>(851.370)</u>	<u>(1.268.092)</u>	<u>(1.215.816)</u>

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(29.268)	(26.943)	(66.918)	(64.659)
Serviços de terceiros	(13.632)	(13.689)	(17.432)	(15.943)
Depreciação e amortização	(3.067)	(3.125)	(4.150)	(4.498)
Custo de distribuição	(89.468)	(82.443)	(173.007)	(112.446)
Comissões sobre vendas	(9.372)	(3.874)	(20.191)	(14.245)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.481)	(16.757)	(41.918)	(24.313)
Despesas gerais	<u>(7.602)</u>	<u>(9.109)</u>	<u>(13.788)</u>	<u>(14.846)</u>
	<u>(186.890)</u>	<u>(155.940)</u>	<u>(337.404)</u>	<u>(250.950)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(145.600)	(150.146)	(192.273)	(193.005)
Serviços de terceiros	(80.071)	(62.864)	(114.114)	(89.457)
Depreciação e amortização	(31.209)	(35.589)	(38.864)	(43.985)
Honorários da Administração	(28.045)	(17.055)	(35.817)	(22.779)
Despesas gerais	<u>(38.041)</u>	<u>(35.765)</u>	<u>(58.954)</u>	<u>(55.167)</u>
	<u>(322.966)</u>	<u>(301.419)</u>	<u>(440.022)</u>	<u>(404.393)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	359.440	363.628	365.836	385.134
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	36.063	237.492	36.063	237.492
Recuperação de impostos em processos judiciais	3.786	19.797	5.867	21.485
Acordo Porto Sudeste	-	-	-	205.106
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	36.180	8.150	39.512	8.649
Recuperação de custo	32.979	870	37.301	4.800
Recuperação de despesas	14.592	7.415	23.611	8.087
Receita de vendas diversas	4.880	4.425	5.411	5.102
Projeto Reintegra	13.155	25.420	13.155	25.420
Créditos Eletrobrás	186.010	-	186.010	-
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (ii)	410.932	-	418.744	-
Outras receitas	9.028	9.919	3.507	14.660
	<u>1.107.045</u>	<u>677.116</u>	<u>1.135.017</u>	<u>915.935</u>
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(316.662)	(317.654)	(319.938)	(335.498)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(529.268)	(73.010)	(472.787)	(74.892)
Despesas de equipamentos parados temporariamente	(271.194)	(283.364)	(364.040)	(403.844)
Custo de vendas diversas e fretes	(1.152)	(479)	(1.152)	(911)
Encargos judiciais	(27.037)	(20.741)	(27.084)	(32.002)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(155.528)	(92.702)	(150.818)	(118.830)
PIS e COFINS s/ venda de energia	(33.248)	(33.635)	(33.840)	(35.624)
Pesquisas Tecnológicas	(25.891)	(25.382)	(25.891)	(25.382)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(33.399)	(9.405)	(39.779)	(9.405)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(9.526)	(14.544)	(19.294)	(22.722)
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (<i>stock options</i>)	(4.454)	(578)	(4.454)	208
Controle ambiental	(3.246)	(2.149)	(3.246)	(2.149)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(29.380)	(28.502)	(29.380)	(29.096)
Ajuste de estoque	(21.475)	(35.929)	(21.475)	(35.929)
Provisões para perda	(55.825)	-	(96.760)	-
Despesas de pré-projeto	(21.048)	-	(21.048)	-
Outras despesas	(36.352)	(29.367)	(59.770)	(40.636)
	<u>(1.574.685)</u>	<u>(967.441)</u>	<u>(1.690.756)</u>	<u>(1.166.712)</u>
	<u>(467.640)</u>	<u>(290.325)</u>	<u>(555.739)</u>	<u>(250.777)</u>

(i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 24 (c).

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Juros de clientes	16.954	13.856	34.487	21.351
Receita de aplicações financeiras	35.517	80.102	64.286	173.898
Efeitos monetários	12.050	15.730	26.939	35.169
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	19.636	168.087	19.636	168.087
Juros sobre créditos Eletrobrás (ii)	490.013	-	490.013	-
Correção dos depósitos judiciais	10.074	26.108	14.922	31.612
Juros sobre créditos fiscais	5.193	4.675	8.902	12.003
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	378.228	-	384.505	-
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	71.859	85.601	71.859	85.601
Reversão de provisão de juros de contingências judiciais	42.294	13.604	43.438	15.323
Outras receitas financeiras	13.749	40.866	10.160	18.194
	1.095.567	448.629	1.169.147	561.238
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(387.220)	(636.409)	(389.755)	(636.533)
Resultado das operações de swap	2.719	6.410	2.719	(129)
Efeitos monetários	(112.302)	(100.495)	(128.823)	(116.573)
PIS/COFINS sobre JSCP	(7.278)	(9.336)	(7.278)	(9.336)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(45.651)	(16.246)	(47.692)	(21.176)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(98.082)	(88.258)	(109.787)	(98.241)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(46.172)	(22.115)	(68.802)	(44.255)
Encargos sobre passivo atuarial	(62.537)	-	(62.537)	-
Comissões s/ financiamentos e outros	(19.474)	(41.421)	(19.474)	(35.984)
Outras despesas financeiras	(78.151)	(15.390)	(81.278)	(40.330)
	(854.148)	(923.260)	(912.707)	(1.002.557)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(205.614)	(65.677)	(163.395)	(21.601)
	35.805	(540.308)	93.045	(462.920)

(i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

(ii) Conforme descrito na Nota 24 (c).

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (Nota 38).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	398.334	328.324	726.658	127.855	105.160	233.015
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	526.009.649	1.228.743.677	702.734.028	524.782.193	1.227.516.221
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,57	0,62	-	0,18	0,20	-

35 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$3.816.671 na Controladora e R\$4.056.944 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

Controladora					
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	177.540	45.250	-	-	222.790
Com fornecedores	1.480.958	1.100.456	537.252	475.215	3.593.881
	1.658.498	1.145.706	537.252	475.215	3.816.671
Consolidado					
Previsão de realização dos compromissos					
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	261.810	62.280	-	-	324.090
Com fornecedores	1.189.383	615.986	575.270	475.215	2.855.854
Arrendamentos mercantis operacionais	38.000	114.000	114.000	611.000	877.000
	1.489.193	792.266	689.270	1.086.215	4.056.944

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$222.790 na Controladora e R\$324.090 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos com fornecedores totalizam R\$3.593.881 na Controladora e R\$2.855.854 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2018, o montante destinado corresponde a R\$877.000 no Consolidado.

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2018						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i) (ii)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	21.250.817	3,88	23.777.473	1,91
Demais acionistas	60.936.868	8,64	404.871.712	73,91	465.877.181	37,18
Total	705.260.684	100,00	547.749.823	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2017						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar S.A.I.C. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	22.366.733	4,08	24.893.389	1,99
Demais acionistas	60.936.868	8,65	403.824.397	73,71	464.761.265	37,10
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

(ii) A Siderar S.A.I.C. alterou razão social para Ternium Argentina S.A.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	22.033	-	2.355	26.668	-	4.011
Controladas	354.235	71.255	97.740	136.915	48.584	103.674
Controladas em conjunto	68	-	-	55	126.000	-
Coligadas	26.076	346	-	16.525	425	-
Outras partes relacionadas (i)	34.444	-	-	3.768	-	-
Total	436.856	71.601	100.095	183.931	175.009	107.685
Circulante	420.856	71.601	55.026	167.931	175.009	53.742
Não Circulante	16.000	-	45.069	16.000	-	53.943
Total	436.856	71.601	100.095	183.931	175.009	107.685

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à venda de produtos laminados ao Grupo Nippon (R\$3.106) e ao Grupo Ternium (R\$31.338).

	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	22.033	-	2.355	26.668	-	4.011
Acionistas não controladores	-	-	-	401	-	-
Controladas em conjunto	68	-	-	55	126.000	-
Coligadas	26.588	13.562	-	16.592	13.078	-
Outras partes relacionadas (i)	34.591	-	-	3.768	-	650
Total	83.280	13.562	2.355	47.484	139.078	4.661
Circulante	67.280	13.562	13	31.484	139.078	1.514
Não Circulante	16.000	-	2.342	16.000	-	3.147
Total	83.280	13.562	2.355	47.484	139.078	4.661

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Nippon (R\$3.106) e ao Grupo Ternium (R\$31.338).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	398	23.795	178.561	89	18.184	162.673
Controladas	70.413	96.905	-	33.793	78.751	-
Controladas em conjunto	96.073	-	-	33.215	-	-
Coligadas	2.313	1.356	-	1.494	-	-
Outras partes relacionadas (i)	138.937	-	-	368.470	-	-
Total	308.134	122.056	178.561	437.061	96.935	162.673
Circulante	308.134	25.160	2.934	437.061	17.000	358
Não Circulante	-	96.896	175.627	-	79.935	162.315
Total	308.134	122.056	178.561	437.061	96.935	162.673

(i) Em 31 de dezembro de 2018, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	200	23.793	178.561	392	18.184	162.673
Acionistas não controladores	-	19.957	-	-	16.604	-
Controladas em conjunto	96.807	-	-	33.215	834	-
Coligadas	34.674	136.305	-	36.586	143.905	-
Outras partes relacionadas (i)	138.937	6.667	-	368.470	-	-
Total	270.618	186.722	178.561	438.663	179.527	162.673
Circulante	270.618	52.468	2.934	438.663	38.646	358
Não Circulante	-	134.254	175.627	-	143.170	162.315
Total	270.618	186.722	178.561	438.663	181.816	162.673

(i) Em 31 de dezembro de 2018, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

No Consolidado, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$178.561 (31 de dezembro de 2017 - R\$162.673).

(c) Resultado

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Resultado financeiro e operacional			Resultado financeiro e operacional		
	Vendas	Compras		Vendas	Compras	
Acionistas controladores	265.161	23.010	(37.947)	207.035	4.715	(10.885)
Controladas	3.818.817	493.177	(17.840)	2.922.662	464.174	(78.347)
Controladas em conjunto	198	528.122	(2.713)	-	406.260	2.636
Coligadas	35.677	143.110	30	18.111	140.354	-
Outras partes relacionadas (i)	389.190	2.850.151	43.726	125.053	1.086.288	(540)
Total	4.509.043	4.037.570	(14.744)	3.272.861	2.101.791	(87.136)

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Resultado financeiro e operacional			Resultado financeiro e operacional		
	Vendas	Compras		Vendas	Compras	
Acionistas controladores	265.161	25.735	(37.864)	207.035	4.715	(10.867)
Acionistas não controladores	362	61.514	-	401	9.243	-
Controladas em conjunto	2.428	533.447	(2.713)	2.173	411.124	2.636
Coligadas	65.211	283.934	(22.600)	18.755	236.805	(22.140)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	391.476	2.851.728	44.948	125.192	1.086.288	(1.146)
Total	724.638	3.756.358	(18.229)	353.556	1.748.175	(31.517)

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a vendas da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R\$310.156.

(ii) Em 07 de setembro de 2017, o acionista controlador Ternium concluiu a aquisição da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que passou a se chamar Ternium Brasil Ltda. Desta forma, desde essa data, as transações com a referida empresa passaram a integrar os saldos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor referente à compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda é de R\$2.796.528.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	13.785	11.067
Encargos sociais	3.863	2.256
Planos de aposentadoria	236	45
Provisão (reversão) de remuneração variável	10.161	3.687
	<u>28.045</u>	<u>17.055</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$22.290 (31 de dezembro de 2017 – R\$13.156).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletro galvanizado e Usiminas Galvanizado, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.

- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).
- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$12.002.992 mil (31 de dezembro de 2017 – US\$12.002.992 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2019.

Em 10 de agosto de 2018, ocorreu a explosão de um dos quatro gasômetros da usina de Ipatinga. Esse gasômetro possuía, originalmente, capacidade nominal para armazenar até 150.000 m³ (não revisado) de gases gerados no processo siderúrgico e auxiliava no fornecimento de energia a diversas áreas. Os efeitos desse sinistro, apurados desde a data da sua ocorrência, foram registrados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e estão demonstrados a seguir:

- baixa do ativo imobilizado, referente ao valor contábil residual do gasômetro, no montante de R\$3.571, em contrapartida de outras despesas operacionais;
- gastos emergenciais de reparação, no montante de R\$11.200, registrados em outras despesas operacionais; e
- custos de produção adicionais devido ao maior consumo de gás natural, óleo combustível e energia elétrica. O montante apurado desses custos adicionais, até 31 de dezembro de 2018, foi de R\$65.963, cujo impacto no resultado da Companhia ocorrerá conforme a apropriação normal dos custos das vendas.

Diante desse sinistro, a Companhia acionou imediatamente as seguradoras envolvidas como forma de exercer as coberturas contratadas para o referido equipamento.

Os custos de produção adicionais, mencionados no item (iii), estão cobertos pela apólice de seguro de lucros cessantes conforme a franquia contratada. A franquia do seguro do gasômetro para o início da cobertura de lucros cessantes é de vinte e um dias (tempo de espera). Desta forma, até a data de substituição do equipamento, com o seu consequente retorno em operação, a Companhia registrará mensalmente a estimativa de custos de produção adicionais, os quais estão cobertos pela apólice de seguro de lucros cessantes, na rubrica de outras receitas operacionais. Os valores apurados pela Companhia referentes a esses custos adicionais de produção serão aferidos por peritos próprios e das seguradoras.

38 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2018, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia, mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, possuem as seguintes características:

Programa	Data de outorga	Preço de exercício (USIM5)	Prazo de carência	Opções outorgadas		
				Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	3 anos, 33% para cada ano	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58		3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47		2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14		4.778.483	370.948	5.149.431
				13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2013

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2014

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação da quantidade de opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Programa			Programa		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Opções:						
Em aberto no início do exercício	1.821.875	1.242.005	1.039.470	3.514.643	1.414.677	1.204.548
Realizadas durante o exercício	(952.917)	(28.626)	(161.826)	(1.312.493)	-	-
Canceladas durante o exercício	(259.699)	(347.315)	(354.029)	(380.275)	(172.672)	(165.078)
Em aberto no fim do exercício	<u>609.259</u>	<u>866.064</u>	<u>523.615</u>	<u>1.821.875</u>	<u>1.242.005</u>	<u>1.039.470</u>

Em 31 de dezembro de 2018, não houve impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado da Controladora e do Consolidado, uma vez que as despesas, considerando os prazos de cada programa vigente, foram integralmente apropriadas até 31 de outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto no resultado foi de R\$951 (Controladora e Consolidado). Foi ainda revertido o montante de R\$10.343 à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados” em decorrência de cancelamentos e do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$6.708). Desta forma, o impacto nas reservas de capital constituídas pela Companhia foi de R\$10.343 (31 de dezembro de 2017 - R\$5.757).

De acordo com o regulamento do Plano, que estabelece sete anos de vigência para cada programa, em outubro de 2018, encerrou-se o prazo do direito ao exercício das opções do Programa 2011. Desta forma, o saldo remanescente do referido Programa, no total de R\$3.392, foi integralmente revertido à conta de “Lucros (prejuízos) acumulados”.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com o período de carência (*vesting period*) dos programas vigentes, todas as despesas previstas foram integralmente apropriadas.

39 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	40.000	40.000	40.000
Estoques	Processos judiciais	145.374	118.253	145.374	118.253
Imobilizado	Processos judiciais	593.878	693.156	642.888	747.390
Imobilizado (i)	Empréstimos e financiamentos	3.829.345	3.990.612	3.851.406	4.012.674
		<u>4.608.597</u>	<u>4.842.021</u>	<u>4.679.668</u>	<u>4.918.317</u>

(i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto à Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 26.2.

40 Transações de investimentos sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeitos de caixa, sendo as principais as seguintes: (i) transferência de peças e sobressalentes, classificados originalmente nos estoques, para o ativo imobilizado no montante de R\$6.019 (Controladora e Consolidado); (ii) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R\$5.763 (Controladora e Consolidado); (iii) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R\$22.214 (Controladora) e R\$35.925 (Consolidado); e (iv) provisão para recuperação ambiental em contrapartida do imobilizado no montante de R\$29.187 (Consolidado).

Conselho de Administração

Ruy Roberto Hirschheimer
Presidente

Antonio Mendes
Conselheiro

Elias de Matos Brito
Conselheiro

Kazuhiro Egawa
Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria
Conselheiro

Oscar Montero Martinez
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Ronald Seckelmann
Conselheiro

Conselho Fiscal

Wanderley Rezende de Souza
Presidente

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha
Conselheiro

Paulo Roberto Batista Machado
Conselheiro

Diretoria Executiva

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Presidente

Alberto Akikazu Ono
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Kohei Kimura
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Miguel Angel Homes Camejo
Diretor Vice-Presidente Comercial

Takahiro Mori
Diretor Vice-Presidente de Planejamento
Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti
Diretor Vice-Presidente Industrial

Lucas Marinho Sizenando Silva
Contador CRC-MG 080.788/O